

OS PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS IDEOLOGIAS: APROXIMAÇÕES/DISTANCIAMENTOS NA GESTÃO DE UM SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Oséias Santos de Oliveira
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
oseiass@utfpr.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho objetiva analisar, sob a ótica dos sujeitos da sociedade política e da sociedade civil, as percepções em torno das influências dos partidos políticos e suas ideologias na gestão das ações educacionais executadas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Santa Rosa-RS.

O estudo de abordagem qualitativa tem sua delimitação metodológica na pesquisa exploratória, centrada em um estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas realizadas com sujeitos políticos, sendo 2 ex-prefeitos e 3 ex-secretários da educação; e também por meio de questionários, respondidos pelos sujeitos da sociedade civil, sendo 5 ex-presidentes do Conselho Municipal da Educação (CME) e 111 professores da rede municipal de ensino.

O recorte temporal toma como referenciais o ano de criação do Sistema Municipal de Ensino (SME, 1999) e o ano em que é criada a Lei da Gestão Democrática (2010), compreendendo um período de mais de uma década, quando três partidos políticos e suas coligações administram o município.

Evidencia-se que na construção das políticas educacionais tanto os processos de manutenção quanto os de transformação social sofrem influências diretas, por um lado das propostas políticas e ideológicas que emanam dos partidos no poder, e de outro, dos grupos da sociedade civil que, em movimentos que perpassam por confluências, rupturas e desafios, ora se aproximam, ora se distanciam na consecução das finalidades da educação municipal.

DESENVOLVIMENTO

A possibilidade de organização dos sistemas municipais de ensino sob a perspectiva democrática e participativa perpassa pelas referências prescritas na legislação brasileira, em especial a Constituição Federal (CF/1988) – que, em um diferencial das cartas anteriores, eleva o município à condição de ente federado,

com responsabilidades expressivas quanto aos processos gerenciais e organizativos de suas políticas públicas.

Ao promover a discussão sobre o papel dos partidos políticos na configuração das políticas educacionais, Gracindo (1994) situa que são eles os responsáveis, em última instância, por traçar a política educacional brasileira. As ações ajustadas no âmbito dos partidos políticos que se revezam nos distintos níveis do poder administrativo são consolidadas por meio da elaboração das leis de ensino e na delimitação das diretrizes e programas educacionais que serão objeto de aplicação, na prática do sistema de ensino.

Badiou (1995) pondera que a política é a representação que se aglutina em torno da organização dos conflitos que emergem de interesses ideológicos revelados por cada corrente partidária, em cada agrupamento humano com fins comuns – o que se observa nas regulamentações, nas ações radicais, nas oposições e defesas de projetos e ideais de sociedade. Se, por um lado, é perceptível que toda representação “tem por finalidade apodera-se do Estado e colocá-lo a serviço dos objetivos buscados” (p. 20), observa-se ainda, de outro, que “uma parte do pensamento político atual não permite pensar o que pensam as pessoas” (p. 43). Esse distanciamento entre os cidadãos e os governos é que produzirá a ruptura entre sociedade civil e sociedade política.

Gramsci (2005) faz uma reflexão essencial sobre a complexidade da relação entre espontaneísmo e organização que se articula em torno do partido político, pois considera que a história de um partido se confunde e se solidifica na história de um determinado grupo social, daí a importância política do partido diretamente relacionada com a determinação histórica de um determinado país.

RESULTADOS

O município gaúcho de Santa Rosa foi administrado por três partidos políticos e suas coligações que se revezaram no poder executivo municipal, entre 1997 e 2012, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Delimitação dos períodos do estudo e mandatos municipais

PERÍODO DO ESTUDO	MANDATO	PARTIDO NO PODER MUNICIPAL	FATO MARCANTE
Período de Criação do SME	1997 – 1999	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Criação do SME (1999)
Período de Implantação do SMS	2000 – 2008	Partido Progressista (PP)	Elaboração do Plano Municipal da Educação (2007)
Período de Consolidação do SME	2009 – 2012	Partido dos Trabalhadores (PT)	Instituição da Lei da Gestão Democrática (2010)

Fonte: Elaboração própria.

No âmbito do SME de Santa Rosa, tanto os sujeitos políticos quanto os sujeitos da sociedade civil organizada, quando indagados sobre o papel dos partidos e das ideologias por eles representadas na delimitação das ações educacionais, indicam que estes têm influência decisiva na elaboração dos projetos e nos processos de tomada de decisão quanto a sua implementação. Nesse sentido, o pesquisador Stephen J. Ball, em entrevista a Mainardes e Marcondes (2009), situa que o contexto da ação política se funde ao contexto de influência, uma vez que é parte do ciclo do processo por meio do qual as intenções, projetos e políticas mudam ou podem ser mudados. Assim, tanto o pensar sobre as políticas quanto o discurso das políticas poderão ser mudados pela ação política.

As bandeiras partidárias e as questões ideológicas, traduzidas nos âmbitos locais, estaduais ou mesmo nacional, revelam elementos que serão constituidores de políticas públicas no espaço do município. De modo pontual, no período de criação do SME, todas as possibilidades expressas na legislação brasileira, que apontam a descentralização como condição para repasse de responsabilidades de forma compartilhada entre os entes federados trazem ao município um novo modelo de gestão que resulta na construção do SME. Como consequência de todas as discussões, debates, interesses de partidos e dos sujeitos educacionais a criação do SME se projeta como opção localmente assumida, uma vez que o município poderia permanecer atrelado ao Sistema Estadual de Ensino.

As circunstâncias de organização do SME, no período de implantação, efetivam-se em uma efervescência de ações e ajustes necessários que nem sempre são tranquilos, mas que geram tensões e desgastes entre os sujeitos da educação municipal. Em decorrência de uma construção democrática que dá, no campo

educacional municipal, seus primeiros passos, os conflitos podem ser percebidos como parte de uma caminhada em que interesses distintos e necessidades particulares ou coletivas precisam ser articulados a partir de acordos, de diálogos, de aproximações e mesmo de distanciamentos na perspectiva de uma construção participativa. As influências sentidas nesse período guiam o SME à busca de um estágio de desenvolvimento que se projeta na articulação legal, com a definição de importantes questões que organizam tanto os aspectos curriculares como de políticas mais amplas que extrapolam o período em questão, como a discussão do Plano Municipal de Educação, que vem estabelecer diretrizes e metas para a educação local para o período de uma década.

A partir dos encaminhamentos já expressos nos períodos anteriores ocorre, no período de consolidação do SME, a reelaboração de situações educacionais quando um olhar sobre a trajetória até então construída possibilita a reorientação dos processos. As influências partidárias nacionais terão alcances muito imediatos sobre o planejamento e execução de programas e projetos educacionais locais, o que se justifica pela aproximação de concepções entre os níveis de governo municipal, estadual e federal sob a mesma orientação ideológico-partidária.

CONCLUSÕES

Os partidos e suas ideologias têm, no conjunto da educação municipal, uma influência ímpar no que diz respeito à formulação das políticas. Pressões originárias de compromissos assumidos pelos governos que se sucedem à frente da administração municipal são verificadas no sentido de garantir que projetos apresentados na elaboração dos planos de governos se materializem na prática cotidiana do SME.

É notório que entre o dito/preendido nos compromissos de grupos da sociedade política e o executado enquanto política surjam entraves decorrentes da manifestação dos sujeitos da sociedade civil que não estiveram presentes na formulação dos compromissos partidários, mas que, na execução das ações educacionais, não podem ser desconsiderados.

A partir das situações inicialmente percebidas como dilemas, mas que denotam ações de questionamentos, de fiscalização e de monitoramento das políticas públicas, é que a sociedade civil se fortalece no tocante à organização da

educação municipal – campo quase sempre delimitado pelos formuladores das políticas, imbricados às concepções partidárias e ideológicas.

REFERÊNCIAS

BADIOU, A. Intervenção Inicial: palestra. *In*: BADIOU, A.; ROCHA, R. **Política, partido, representação, sufrágio**: a polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha. Belo Horizonte: Projeto, 1995.

GRACINDO, R. V. **O escrito, o dito e o feito**: educação e partidos políticos. Campinas: Papyrus, 1994.

GRAMSCI, A. Notas sobre Maquiavel. *In*: SADER, E. (org.). **Gramsci**: poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.